

O presente número da *Aurora – Geography Journal*, encerra cinco artigos de autores de países de língua oficial portuguesa, interessados em abordar, sobretudo, o território português e em relevar diferentes temáticas associadas a este território. Contempla ainda três recensões de literatura e de congressos realizados no contexto do Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento (N.I.G.P.). No Editorial que agora esboçamos debruçamo-nos sobre os mencionados cinco artigos.

O nº 4 da mencionada revista inicia-se com o texto de Eduardo Duque e de António Almeida Calheiros, intitulado “Regionalização, desenvolvimento e governância”, de reflexão eminentemente teórica, manifestando um olhar de cientistas sociais sobre a velha questão da regionalização. Os autores sublinham que a regionalização tende a favorecer os processos de desenvolvimento e também a democracia representativa, já que, no entender dos mesmos, a regionalização permite a aproximação dos serviços públicos aos eleitores e, através do voto, legitima e responsabiliza o poder político. Os cidadãos saem beneficiados, porque os seus direitos são reforçados ajudando a combater a burocracia. Não obstante, a reforma administrativa que está em curso em Portugal, poderá colocar em dúvida, na nossa opinião, a entendida democracia representativa.

Na ligação que fazem entre regionalização e desenvolvimento ressaltam a importância de se considerar no desenvolvimento endógeno de um qualquer território as inúmeras características físicas, económicas, sociais, culturais e ambientais que o constituem. Qualquer desenvolvimento endógeno deve pautar sempre por uma redistribuição espacial

do investimento, como meio de se atingir a coesão territorial, que pode indiscutivelmente conduzir à coesão social.

Agrada-nos particularmente o conceito avançado de desenvolvimento local, que na perspetiva dos autores envolve sobretudo “mobilização e coordenação dos recursos endógenos, solidariedade entre espaços contíguos, defesa de um desenvolvimento integrado (...) e inclusão do território no espaço global”. Concomitantemente, a atual relação entre o global e o local indica que as atividades e os atores económicos têm que estar organizados em rede e esforçarem-se por tirar proveito das características dos diferentes espaços territoriais, o que, convenhamos, sempre foi uma tarefa árdua para os portugueses, sobretudo no que concerne à organização e trabalho em rede, onde todos os *stakeholders* são convidados a participar.

O artigo apresenta uma particularidade que é a de além de usar uma bibliografia extensa centrada na questão, sobretudo da globalização, da regionalização e do desenvolvimento na análise que efetua, propõe ao leitor uma “bibliografia recomendada” de obras quase todas publicadas neste novo milénio.

Seguidamente, Teresa Costa e Paula Remoaldo, no artigo “Portugal, um país de cabelos brancos: O envelhecimento da população portuguesa e as suas implicações no ordenamento do território” recordam que o envelhecimento é um dos principais fenómenos sociais que caracterizam as sociedades contemporâneas e que começa a assumir-se como particularmente grave em países como Portugal. De acordo com o

*Population Reference Bureau* (Washington) estava em 2012 entre os primeiros doze países à escala mundial com maior percentagem de idosos. O principal exercício realizado pelas autoras foi efetuar uma análise das necessidades dos idosos em Portugal Continental, nomeadamente, em termos da compreensão da distribuição da oferta das respostas sociais neste segmento populacional e de que forma é que esta se relaciona com as necessidades da população.

A análise das autoras é objetiva devido à abordagem da distribuição espacial das respostas sociais para os idosos, utilizando o *software* ArcGis, mais especificamente, o ArcMap. Além desta mais-valia, as autoras assumem que não existem estudos exaustivos sobre a distribuição das respostas sociais em Portugal, além da avaliação da adequabilidade destas ao número de idosos existentes, pois os que foram efetuados até ao presente preocupam-se mais com a distribuição do envelhecimento populacional do que com as respostas sociais.

Importa não olvidar que em Portugal, as respostas sociais têm vindo a aumentar (sendo mais notórias no grupo dos idosos), malgrado as assimetrias detetadas no que se reporta à distribuição espacial, sendo mais representativas nos espaços com maior densidade populacional, particularmente ao longo da faixa litoral norte e centro e nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa.

As autoras sugerem algumas orientações para um ordenamento do território mais inclusivo, visto terem concluído que não é no litoral que se encontra um maior número de idosos. Apesar de uma maior expressão do envelhecimento no interior, as respostas

sociais têm revelado serem aí em menor quantidade.

O terceiro artigo foi redigido por Luís Miguel da Vinha, centrando-se numa abordagem sociopsicológica dos mapas mentais, importante na abordagem da tomada de decisão em termos de política externa. Os mapas mentais têm uma tradição na ciência geográfica, desde os anos setenta do século XX, mas foram sobretudo os pressupostos teóricos da psicologia cognitiva que lhe deram alma. Esta postura conduziu a um excessivo centrar na perceção do espaço por parte de cada indivíduo quando se está a falar em vários tipos de decisões, nomeadamente em termos de política externa. No entanto, a política externa é muito raramente o resultado de decisões de um único indivíduo. O autor defende que, em vez de se se concentrar nos mapas mentais individuais dos indivíduos envolvidos no processo de tomada de decisão, devemos adotar uma abordagem sociopsicológica e considerar as representações geográficas criadas pelo grupo de decisores. Devemos tentar compreender em cada caso como os grupos constroem o mundo político, ou seja, como eles criam lugares e espaços e as políticas estrangeiras que julgam ser mais apropriadas para interagir com eles.

O quarto artigo, da autoria de Rita de Cassia Martins de Souza Anselmo, de Thaís Tannús (do Instituto de Geografia da Universidade Federal da Uberlândia) e de António de Sousa Pedrosa (CEGOT) intitula-se “A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: desafios e perspetivas”. O tema abordado é de grande atualidade, pois a língua tem sido o elemento agregador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), constituída em

1996, tendo recentemente sido ratificado, pela maior parte dos países que a constituem, um novo Acordo Ortográfico. Encerra oito países e encontra-se especialmente vocacionada para a questão linguística dos seus oito membros.

Portugal e Brasil sobressaem neste grupo de países, como resultado das suas economias mais consolidadas, enquanto os restantes ainda estão numa fase de consolidação decorrente do extenso período de colonização.

Os autores começam por abordar a importância da globalização na configuração do sistema-mundo atual e o papel da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Esta abordagem inicia-se no século XV, por altura do início dos Descobrimentos.

São enaltecidas as características económicas e sociais de cada país, usando indicadores como o PIB *per capita* e o Índice de Desenvolvimento, que reflete a posição vantajosa de Portugal e do Brasil. Angola tem também conseguido resultados interessantes.

Na abordagem da CPLP e das relações geoestratégicas no mundo globalizado, os autores ressaltam que a posição estratégica interessante de Portugal no contexto de um mundo globalizado, não fez com que abandonasse a sua condição de país periférico no sistema mundial devido, essencialmente, às condições da sua economia.

Os desafios anotados pelos autores para o aumento da visibilidade e sucesso da CPLP são sobretudo a necessidade de

maior divulgação da Comunidade no cenário internacional e entre os seus próprios membros. Esta divulgação permitiria “a interação com novos parceiros, a fim de colaborar no financiamento dos seus projetos, já que Portugal e Brasil (menos ainda os países lusófonos africanos) ainda não têm condições suficientes que garantam o suporte à Comunidade na sua totalidade”. É reafirmada “a importância não só da formulação e execução de projetos culturais e da própria difusão da Língua Portuguesa no espaço comunitário (...) assim como, a elegibilidade de outras temáticas que possam expandir a dimensão linguística da comunidade, por exemplo, a luta contra o racismo, a violência contra mulheres e crianças e o combate à corrupção.”

O último artigo centra-se no “Uso e Ocupação do Solo em Portugal – Aspetos metodológicos para atualização de cartografia temática baseada em *software open source*” e foi redigido por Andreia Mota, António Bento Gonçalves e António Vieira. Os autores apresentam uma metodologia recente que permite a elaboração de cartas de uso e ocupação do solo usando para o efeito fontes de informação disponíveis gratuitamente. As imagens de satélite LANDSAT 5 TM e ortofotomapas disponibilizados através do modo *WMS (Web Map Service)* pelo Instituto Geográfico Português, são a ferramenta usada. Esta metodologia foi usada num território amostra no concelho de Vieira do Minho.

Constitui uma abordagem de grande atualidade, visto a cartografia de uso e ocupação do solo ser um dos alicerces fundamentais para o ordenamento do território. Atendendo à especialidade de investigação

dos autores, é sugerido que a cartografia desempenha um papel fundamental ao nível do ordenamento e planeamento florestal, pois a mesma constitui uma das bases essenciais na gestão florestal, com particular realce para a elaboração da Cartografia de Risco de Incêndio Florestal.

Como área amostra foi selecionada a bacia hidrográfica de Cantelães (concelho de Vieira do Minho), com 1633,2 hectares. Sobressai nesta área o grande número de incêndios que a afetaram conduzindo a uma constante mudança na ocupação do solo.

Depois de várias etapas concretizadas em termos metodológicos os autores comprovaram que o uso exclusivo de imagens de satélite, “só será viável para

determinados objetivos onde o pormenor não seja tão exigente”. Para escalas superiores a 1: 25 000, “o uso de imagens de satélite produz um resultado que nos parece coadunar-se com os possíveis usos/ análises passíveis de serem realizados a estas escalas”.

Concluindo, apesar de à primeira vista os cinco artigos não revelarem ligação que não seja a abordagem do território português, a quase totalidade dos mesmos preocupa-se, quer em termos sociais, demográficos ou económicos com o bem-estar da população portuguesa, com o desenvolvimento local e com a sua integração num espaço mais globalizado.

Paula Cristina A. Remoaldo